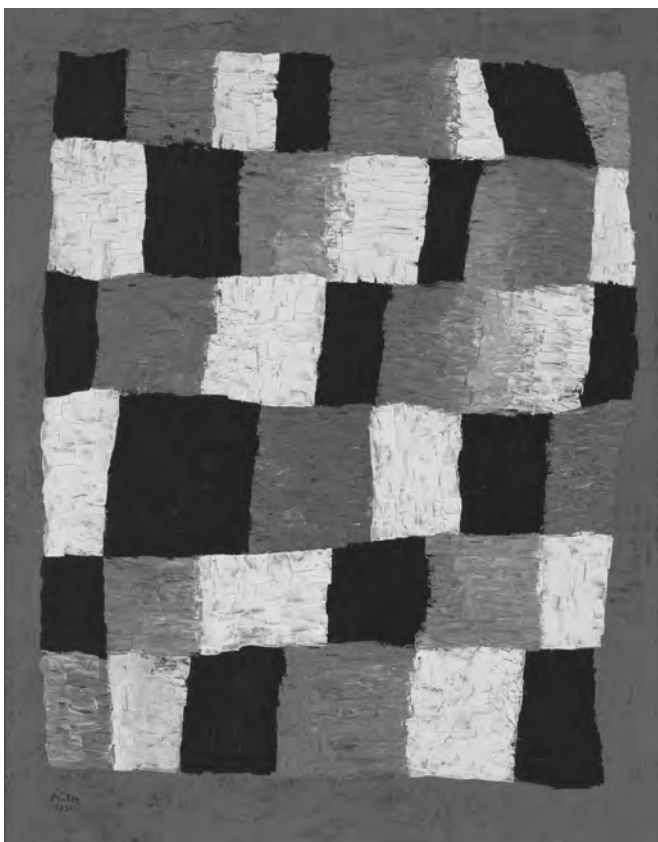


Rodrigo Marchioli

COSTUME E TEORIA GERAL DO DIREITO

Prefácio de Orlando Villas Bôas Filho



**Crítica e fundamentos para
uma teoria psicológica**

EDITORA LUMEN JURIS
RIO DE JANEIRO
2026

Sumário

Prefácio	XI
Introdução	1
1. O costume e a convicção de obrigatoriedade enquanto origem de todo direito: fundamentos históricos à teoria psicológica	7
1.1. O direito greco-romano e as representações do aspecto psicológico do costume: <i>nómos ágraphos, opinio juris sive necessitatis</i> e consenso tácito	7
1.2. O costume no período medieval: a gravitação do direito em torno da convicção na autoridade do príncipe	18
1.3. O costume no pós-medievo: a hegemonia da razão (e, conseqüentemente, das estruturas psicológicas) na produção da norma jurídica	38
1.4. As bases fundamentais para o costume na contemporaneidade: o espírito do povo, a norma fundamental e a norma de reconhecimento pressupostas na psiquê humana	52
2. A crítica por dentro: fundamentos à teoria psicológica dados pela própria teoria geral do direito	63
2.1. Distinções terminológicas entre norma, lei e direito consuetudinário: a irredutibilidade do direito natural e a inafastabilidade da convicção de obrigatoriedade	63
2.2. O escamoteamento do costume enquanto fonte de produção jurídica	76
2.3. Costume enquanto norma fundamental e norma de reconhecimento	96

2.4. Vigência, validade e eficácia da norma consuetudinária: o <i>desuetudo</i> e o escancarar da centralidade do aspecto psicológico do costume por todo direito	113
2.5. Distinções entre uso e costume: a convicção de obrigatoriedade enquanto marca distintiva da norma consuetudinária	127
2.6. Problemas conceituais em torno da convicção de obrigatoriedade: o direito é simplesmente costume?	132
3. A crítica por fora: fundamentos à teoria psicológica externos à teoria geral do direito	145
3.1. Conceitos introdutórios da análise zetética da dogmática do costume	145
3.2. A (suposta) racionalidade da convicção de obrigatoriedade	153
3.3. Análise crítica do direito positivo do ponto de vista da teoria psicológica do costume	171
3.4. O costume no horizonte do pluralismo jurídico: subjetividade enquanto fonte do direito e radicalidade pluralística	199
3.5. As forças constituintes do costume: crença, <i>habitus</i> , lei da imitação, memética e neurofisiologia	220
Conclusão	243
Bibliografia	249